

As múltiplas faces imaginárias do político

Francimar Arruda*

Title: *The Multiple Imaginary Faces of the Political*

Resumo

A esfera do político não pode mais ser reduzida às referências tradicionais de compreensão, tais como: o povo, a sociedade, o governo, a nação, as representações, nem mesmo a normas racionais ligadas a um só modelo contratual das instituições. O imaginário do político que se revela tanto como consubstancial, criador, ou como parasita, deve ser compreendido na sua complexidade antropológica ligado a várias outras dimensões. Propõe-se, neste trabalho, apresentar algumas hipóteses que permitem compreender melhor a dimensão e extensão dos fatos políticos, revelando encaminhamentos irredutíveis e indispensáveis que são os seus componentes chamados não racionais, tais como as imagens, símbolos e mitos como mediadores das formas e funções que estruturam esse fenômeno, a saber, a política.

133

* Mestre em Filosofia, Doutora em teoria do Imaginário (UFRJ), pós-doutorado em Filosofia na Université de Bourgogne, França. Autora de: *Os desvalidos de Eros, No rastro da nova era, Os olhares contemporâneos, Ao encontro de Bachelard*, entre outros. E-mail: franci.arruda@terra.com.br

Palavras-chave: Política, Filosofia, Comunicação, Ética, Antropologia.

Abstract

The political sphere can no longer be reduced to the traditional references of understanding, such as the people, society, the government, the nation, to the representations, not even to rational norms linked to one single contractual model of the institutions. The imagery of the political sphere that is revealed both as substantial, creative, and parasitic must be understood in its anthropological complexity as linked to several other dimensions. This article discusses some hypotheses that make it possible to better understand the dimension and extension of the political facts, revealing irreducible and indispensable components, which are the so-called non-rational components, such as images, symbols and myths as mediators of the forms and functions that constitute the phenomenon of politics.

Key words: Politics, Philosophy, Communication, Ethics, Anthropology.

A grandeza, o brilho e a legitimidade da ação política não podem ser concebidas sem a mediação das imagens, símbolos e partindo dos mitos ou dos elementos míticos que comporta seu discurso. Para compreender o liame entre político e imaginário não podemos perder de vista uma observação de Burdeau (1949). Este autor, aliás racionalista em política, observava, com efeito, e de uma forma pertinente, que “a política não está na natureza. A política está primeiramente na consciência que politiza ou despolitiza, a seu bel prazer ou não” (Burdeau, 1949, p. 8). A partir daí, ele indicava sem dúvida qual o nível de apreensão desta realidade e o que é preciso para apreendê-la. Desta forma, a tarefa seria a de buscar os elementos *obscuros* ou *invisíveis* da vida política que têm sua origem na consciência e são decorrentes de elaborações da imaginação e de sua função.

No campo da ciência política, é significativo que este autor figure entre aqueles que não separam desta atividade o que pode ser chamado sua *razão* de ser prática, e, portanto, sua significação humana. E, sobretudo, é mais incisivo ainda quando considera esta *significação* como “estes lugares misteriosos e diversos pelos quais as instituições se ligam a uma mentalidade, a um modo de vida, a um tipo de cultura, enfim a um estado social” (Burdeau, 1949).

Podemos nos perguntar, então: se o imaginário adquiriu um *status* susceptível de o tornar objeto de uma investigação filosófica, ou pelo menos de uma elaboração política, quais são os princípios a partir dos quais podemos apreender adequadamente o conteúdo deste fenômeno? Será que a essência e a destinação da dimensão do político podem realmente ser colocadas sem reservas? Dito de outra forma: não haveria nessa dimensão elementos não-rationais, e, por tradição de pesquisa, nós excluiríamos todos os fatores afetivos e imaginários das ações políticas? Será necessário precisamente levar em conta esta zona maldita, esta zona de sombras, estas nervuras do político para melhor o compreender e talvez mesmo para melhor reconhecer seu valor e sua fecundidade.

Nosso texto tem a intenção de, nesse primeiro momento, elucidar uma possibilidade de encaminhamento de um enfoque mais amplo e generoso sobre a questão do político.

A nossa interpretação, apoiada em vários autores¹, consiste em sustentar que a esfera do político comporta, de uma forma irredutível, uma parte de obscuridade, de não-rationabilidade, e que é, então, inútil transformar a vida política em um espaço somente racional. Esta parte dita *maldita* exatamente porque *mal dita* (não pode ser transformada em idéias claras e distintas) deve ser vista como funcional, operatória, como um coadjuvante positivo dos objetivos do político. Em outras palavras, o não-rationale, o sombrio, não é um resíduo deplorável, muito menos um poder extra (como no caso de

¹ Além dos autores clássicos como Maquiavel e Pascal, outros mais atuais, tais como E. Cassirer, C. G. Jung, G. Bachelard, M. Eliad, G. Durand, C. Lévy-Strauss, P. Ricoeur. O imaginário político é estudado sobretudo através dos movimentos epistemológicos desses autores.

qualquer forma de teocracia) do político; mas trata-se, ao contrário, de um fator dinâmico que pode facilitar o projeto político de viver bem, em conjunto, na sociedade.

Há que se levar em conta essas outras vias do não-racional do político para esclarecer suas origens, suas outras configurações, suas funções, suas promessas e os riscos. Trata-se, então, de assumir um *lugar epistemológico* marginal em relação à filosofia política dominante, conhecimentos de um ideal de pura racionalidade, para explorar práticas desconhecidas, mal interpretadas ou satanizadas, para compreender as concepções filosóficas que estão na contracorrente do *status quo* e são, por isso mesmo, paradoxais. O começo deste percurso é duplo: na medida em que nas sociedades ocidentais o político está em crise, perdeu sua eficiência ou sua legitimidade, trata-se de perguntar se ele não deveria ser reinterpretado a partir de um outro ponto de vista, e não somente pela via clássica racional que dominou a cena epistêmica nestes três últimos séculos.

Uma outra hermenêutica do político, mais miscigenada, mais complexa, se impõe, portanto, e poderia repensá-lo e refundá-lo de outra forma, em outra configuração.

A partir desta outra teoria do político, seria conveniente compreender melhor certas formas ou figuras de *não-racionalidade*, que não seriam reduzidas forçosamente a caricaturas, postura a que um certo racionalismo imperialista sempre as reconduziu. Não se trata, evidentemente, de negar a parte incontestada da racionalidade cívica nem de apoiar qualquer irracionalismo em si do poder que conduziria a derivas inquietantes. A vida pública exige, como toda forma de desenvolvimento da vida do ser humano, uma matriz de sustentação no espírito crítico como recurso para as idéias universais, para normas formuladas numa linguagem clara e distinta. Questiona-se somente se a apologia e a exaltação unilateral da razão política são suficientes para resolver o problema de ser-com-o-outro na *polis*; e se esse fator não constitui um entrave ao cumprimento do destino político da humanidade.

Se a racionalidade pressupõe sempre a inteligência abstrata, o julgamento e o raciocínio, o não-racional engloba, em todo ser e em toda sociedade, tanto o plano emocional e afetivo,

no sentido amplo das paixões, como os diversos constituintes da imaginação, tais como a crença, a ficção, a analogia, o símbolo, o simulacro, o ícone ou o ídolo. Não desenvolveremos aqui a função das paixões e emoções consideradas em si mesmas, porque elas já foram freqüentemente estruturadas nos seus efeitos e tomadas como verdadeiros obstáculos, vistas como perigo para o exercício da razão. O que não seria, entretanto, desautorizar ou excluí-las de pronto da vida política: as paixões necessárias à guerra, a fidelidade aos ancestrais, a coragem e a honra, o respeito às instituições, os sentimentos altruístas, a sensibilidade democrática, etc. constituem, sem dúvida alguma, realidades antropológicas de que a vida política não pôde até agora fazer abstração nem ignorar. Existe, então, um lugar, um *ethos*, para um tratado das paixões compatíveis – mesmo necessárias – à vida boa de um Estado.

Limitar-nos-emos, neste trabalho, à imaginação e ao imaginário políticos, para pontuar suas causas e efeitos, para determinar suas diferentes manifestações, ocorrências, contextos, para avaliar suas funções e finalidades. Importa-nos, nessa breve amostragem desse fenômeno, proceder a uma avaliação para discriminar as condições de um imaginário do político. Em outras palavras, se nossa hipótese é verdadeira, trata-se de saber em quais condições pode-se aceitar o cultivo de mediações imaginárias na esfera do político. A análise de fatos e de certas teorias conduzirá inevitavelmente a achar uma oposição entre formas positivas e negativas, benfazejas e nefastas. Pode-se já antever o questionamento crítico subsequente: quais as formas de imaginação que podem ser compatíveis com o exercício de uma racionalidade política? Quais podem fecundar, facilitar ou abrandá-la? Quais formas, ao contrário correm o risco de inibi-la ou perverter o exercício desta razão? Em suma, o imaginário transita como necessário pela dimensão do político; o que temos de detectar é se uma forma de imaginário não seria a melhor sustentação da racionalidade, ao mesmo tempo em que seria a proteção contra o exercício pervertido da razão. Consultemos os teóricos.

Maquiavel, freqüentemente apresentado como autor exclusivo de uma visão original, e que mesmo deu seu nome a uma certa maneira de fazer a política (o maquiavelismo), faz

tão-somente tirar a máscara que reveste todo homem de ação, que não quer dever seu bom êxito à sorte ou a uma força vinda do céu. Há que desmistificar o que todo o mundo sabe, o que todos os personagens políticos conhecem de sua função. E esta prática foi particularmente apreciada à época barroca, que cultivou os cálculos oblíquos, os segredos, o jogo duplo, as dissimulações. Assim, Grazian (1980) estendeu a técnica maquiavélica a um conjunto de poderes, dos homens da Corte, que de fato impuseram à civilização clássica um *ethos* feito de ritos, de *performances* de aparências e de engodo.

Esta retórica do imaginário político não poderia falhar ao deixar seus traços na cultura filosófica, mesmo vinculada a desenvolver no homem a razão. Pascal (1984), soube utilizar as lições de Maquiavel para denunciar a hipocrisia e as fraudes das instituições, em nome das exigências de uma verdadeira fé que vê nestas exhibições e jogo de máscaras um teatro de ilusão característico da miséria humana sem Deus.

Pascal (1984) retoma do seu jeito o olhar de Maquiavel para descrever seu tempo: os homens poderosos, em todas as instituições, só fazem animar um imenso teatro onde encenam simulações e fazem-nos crer em verdades que são mentiras. Em face disso, o povo, ignorando os verdadeiros motivos e os verdadeiros valores e grandezas, se deixa manipular pelas aparências e crê no poder de magistrados e príncipes, que, portanto, só dependem de sua própria credulidade². Este cenário frágil, no entanto, resiste bem, preenche sua intenção e não deveria ser destruído inadvertidamente, porque a maior parte dos homens, prisioneiros de sua segunda natureza, marcados pela culpa, não poderiam achar o que melhor fazer para mudar o grande teatro do mundo político e seus artificios falaciosos.

Espinosa (Bertrand, 1983), contrariamente a uma certa tradição de uma leitura muito marcada por uma hierarquização de modos de vida e de conhecimento (culminando na razão intuitiva *sub specie aeternitatis*), sabe também assimilar na vida

² Essas descrições de Pascal datam de cerca de 1616, e é incrível a sua atualidade, o que nos vem demonstrar de que forma o imaginário do político atua, sempre velado e ambíguo, e dirige o comportamento não só dos governados, como também dos governantes.

individual e social a dimensão imaginária. Isto porque a vida racional, marcada pelo desejo que cada um tem de perseverar no seu ser, se acompanha também de paixões ativas que são desenvolvidas e favorecidas pelo imaginário. A imaginação enquanto expressão do estado atual das disposições do corpo não nos conduz, certamente, à verdade racional, mas nos torna disponibilizados para isso, de tal maneira que nos é possível contornar a tristeza e o ódio, paixões anti-sociais por excelência. O imaginário comum a vários indivíduos, ativado pelo processo de identificação interindividual, pode então ajudar a fazer reinar numa sociedade um acordo entre corpos e, portanto, entre espíritos, que facilita a vida da razão.

Não é de se espantar, portanto, quando se vê a retomada de uma antropologia sociopolítica, feita pelas ciências humanas contemporâneas. As relações entre os homens não se limitam às suas representações racionais, nem aos seus motivos conscientes, mas repousam sobre afetos, as imagens e os jogos de imagens. A psicanálise se lembrará desta herança, assinalando-a no comportamento do louco, na submissão dos povos a seus chefes num processo de projeção e introjeção (o Salvador, etc.). A psicologia social e as ciências da comunicação contemporâneas estudaram de forma mais sistemática a importância do imaginário nas relações entre um poder e seus seguidores. Sabe-se hoje, a partir do *marketing* e da mídia, quais as vantagens que o poder pode tirar de sua mediatização a fim de agir sobre a opinião pública e desviar os votos a seu favor. Balandier (1980) descreveu a importância deste *poder em cena*, que confirma, mesmo nas sociedades democráticas, pretensamente racionais, a importância da aparência que se dá ao governante: presença nas redes de televisão, viagens presidenciais, organização de festas, que são como manifestações, só que menos motivadas pela expressão de um poder sagrado, como nas formas arcaicas do político, do que pelo desejo de impressionar o povo, de lhe mostrar uma face, um rosto de autoridade feliz e descontraída para si mesmo e para o povo. Várias vezes já se escutou, permeados por sorrisos irônicos, alguns dirigentes do PT no governo dizerem que eles estão se divertindo, que está tudo tranqüilo...

Os príncipes de nossos dias se fazem acompanhar de conselheiros de comunicação, de publicidade mesmo, que estão encarregados de alguma *performance* pedagógica, mas também de produzir verdadeiramente adesões, vínculos, entusiasmos pelo avesso do poder que se decompõe, erra ou se revela fraco; vide o exemplo de Bush e sua política no Oriente Médio. Esta instrumentalização, melhor dizendo, esta industrialização do imaginário político recorre, sobretudo nos regimes totalitários, à violação da consciência, por uma persuasão clandestina³. Esta ação sobre o imaginário do povo não é mais um método de governo, mas se transformou em um instrumento de condicionamento, de opressão, em uma sofisticação dessa mesma violência.

Estamos longe da paciência e da prudência de Maquiavel, que, tendo sido mestre na arte de compor o teatro do político, teve a preocupação de compreender o ato das paixões humanas, a diversidade de inclinações e opiniões, sem querer, como os poderes autoritários e sobretudo totalitários, os reduzir à unidade e à uniformidade. Porque tal é a grande novidade inquietante da arte contemporânea das imagens: longo tempo utilizada no seio de um sistema de dominação que não teria a pretensão de anular as liberdades, mas somente limitar sua força de expansão, ela serve hoje em dia ao poder político como tarefa de alinhar a todos sob um mesmo credo, um mesmo dogma, tornando assim impossível qualquer tipo de resistência. A pergunta de *La Boétie* retorna: por que todos obedecem a um?

Por tudo isso, o imaginário se apresenta como um material neutro, plástico e, a bem da verdade, ambivalente, logo pode-se tirar dele o melhor e o pior. As grandes construções sociais são permeáveis aos tratamentos mais díspares e paradoxais. O potencial da cultura mítico-simbólica (bases da construção do imaginário) depende dos usos e, sobretudo, de um contexto cultural. O imaginário político é, num sentido, o reflexo da cultura no seu conjunto, de equilíbrio atento entre

³ Veja-se o exemplo das pessoas (sobretudo no Leste Europeu) que sofreram do que se chamava à época de “lavagem cerebral”.

as diferentes linguagens, e, por isso, predispõe o homem a produzir sentido e a definir normas. A ausência de racionalidade facilita as manipulações cínicas, mas a desculturalização simbólica (característica de nossas sociedades atualmente) coloca também o risco de suscitar investimentos selvagens, como o mostra a exploração do imaginário dos povos pelo totalitarismo (vide o fundamentalismo do Ocidente e do Oriente). Por conta disso, as contribuições mais criativas e satisfatórias do imaginário se encontram nos Estados e em períodos – a Grécia antiga, por exemplo – onde *mythos* e *logos* se conjugavam ainda de maneira equilibrada.

Enfim, esta travessia pelo imaginário político nos leva a reexaminar e a reavaliar o lugar e a função da imaginação no processo da vida. Mesmo convidado a fazer apelo à razão, o homem que age, à semelhança do homem que se ocupa da ciência, permanece profundamente um ser imaginante. Nós só poderemos nos integrar em um corpo político, fazer nascer um querer comum, estabelecer regras sobre valores e fins, se recorrermos a uma gama complexa de atividades mentais que se reagrupam, queiramos ou não, sob o nome de imaginação. Lembranças do passado, ícones patrióticos, representações de uma autoridade, engajamentos em uma resistência a um poder, esperança em um futuro melhor mobilizam não a percepção e a concepção abstrata, mas outras coisas não imediatamente visíveis. A imaginação nos permite e nos dá um sentido, ao se contar uma história de vida (individual ou coletiva), de aceitar uma ordem assegurada por leis, de interpretar signos e códigos que tecem os lugares-comuns, de nos figurar concretamente ideais intemporais (ser livre, viver com justiça, conhecer a paz). A imaginação política confirma que o homem vive de projetos, de pré-visões, de sonhos, de ideais, que não se tornariam jamais somente obrigações não fosse a sua perpétua energia criativa que preenche o vazio deixado pela natureza e pela realidade. Sem uma capacidade de pensar o irreal, o surreal, nós seremos privados da liberdade que só se exprime, primeiramente, quando podemos refutar o que está aí, quando nos damos uma imagem de outras possibilidades que invertam o tempo do destino por um desejo que muda a ordem das coisas.

E haja imaginação, hoje em dia, para enfrentarmos o que Leonardo Boff⁴ chama de fundamentalismo do pensamento único. Segundo ele, temos três tipos: o da globalização imperante, o dos suicidários mulçumanos e o do estado terrorista da guerra preventiva seguido por Bush e Sharon. O lema é: quem não está conosco está contra nós. Isso significa uma proposta de unicidade que fere e violenta de frente o ser humano, que é essencialmente, como dizia M. Ponty, “um feixe de possibilidades”. Conhecer a arena desse debate passa por conhecer os meandros e a tessitura em que foram engendradas essas doutrinas políticas. Não adianta simplesmente tentar racionalizá-las, porque os verdadeiros motivos de sustentação e razão de ser delas estão nos labirintos urdidos pelos mitos, símbolos e afetividades vivenciadas por seus atores-constructores.

Nesse sentido, é hoje mais do que importante examinar as condições gerais do estudo do imaginário e igualmente as condições dos mitos político atuais. No que concerne às condições gerais, parece-nos que elas consistem essencialmente em uma revisão do conceito de verdade no qual o imaginário teria lugar. E, também, no novo estatuto do imaginário que está doravante bem definido pelas várias ciências que o estudam, sociologia, filosofia, etc., são essas análises, freqüentemente sutis, propostas por elas que vão nos permitir cada vez mais este novo estatuto.

Consideramos que a crítica do dogmatismo da razão abstrata e sectária serve de abertura para outra via de uma melhor compreensão do movimento visando à reabilitação do imaginário político. Será por essa via que surgirá o estatuto do imaginário no qual está inserida a questão do poder simbólico e pelo qual esse poder inteligível. Até onde a modernidade se coloca. Ela é marcada pela razão, e será contra o maniqueísmo dessa razão que as novas categorias do pensamento deverão se insurgir, fazendo, assim, sentido todo esse movimento em prol do imaginário. Supondo-se que uma tal reconfiguração epistêmica se desenhe hoje, nos convenceria-

⁴ Crônica escrita por ele no Jornal do Brasil, janeiro de 2004, intitulada “Extremismo Fatal”.

mos que neste novo quadro é possível antever a positividade do poder simbólico. Por isso, a crítica à razão abstrata deverá preparar o terreno e facilitar o trabalho para o plantio de uma teoria geral da imaginação e seus enfoques.

As características engendradas por essa razão, tais como o espírito geométrico, o individualismo e a insensibilidade, estão cada dia mais sendo rejeitadas pela vida atual como vivência única. O mundo está sendo visto e experimentado em mutações contínuas, e somos levados a reinventar sem parar os modos de existência, assim como as modalidades de apreensão e sentido do que nos envolve. A estaticidade de uma única e objetiva compreensão das coisas está fadada ao fracasso, por isso, talvez, uma idéia de *razão-vital* se apresente como uma das modalidades de ver o mundo, tal como antes o viram o classicismo e o romantismo. É preciso, então, focar a atenção nessa razão viva, movente, fluente porque ela se interessa pelos aspectos densos, imaginados e simbólicos da experiência vivida que o racionalismo abstrato sufocou. A importância desta postura residiria na simbiose entre a sensibilidade e a racionalidade que se pretende realizar no interior de um ser humano, onde todas as suas faculdades são igualmente consideradas dignas.

As similitudes entre as perspectivas de uma *razão viva* e a perspectiva de uma antropologia do imaginário devem ser priorizadas e colocadas em relevo. Nesta tarefa, não faz mais o menor sentido a visão dualista que separa o real do imaginário. A ruptura com o ponto de vista dogmático significa estabelecer que essa dicotomia não mais subsiste quando estabelecemos sua relação segundo a mediação simbólica. A imaginação simbólica assegura, então, o diálogo entre a forma e o fundo, entre a estrutura e o sentido, entre o visível e o invisível. Na profusão de imagens e signos, o novo estatuto do imaginário sustenta, assim, o critério de simbolização de onde a significação retira sua expressividade e sua vivacidade.

Esta apresentação concisa dos enfoques do imaginário foi elaborada, então, com a finalidade precisa de mostrar que, de agora em diante, um domínio de pesquisa está bem constituído em torno desta realidade. Trata-se essencialmente do enfoque antropológico, mas que não negligencia outros enfoques, como

o crítico, o fenomenológico, o hermenêutico e qualquer outro saber que possa colaborar com a produção do conhecimento humano.

Para terminar, nós nos empenhamos (esperamos que com êxito) em mostrar os enlaces entre a teoria geral do imaginário e a teoria do imaginário político, que, a nosso ver, se entrelaçam tanto no plano teórico como no prático. Isto é, no plano teórico trouxemos as raízes de uma ontologia simbólica que estão ligadas às suas dimensões heurísticas e às implicações de uma civilização que se edifica a partir das apropriações variadas desses símbolos. No plano prático, mostramos que uma ciência sintética do político não pode funcionar bem quando se trata de tentar administrar e organizar pluralidades de um outro ser. É necessária a visão da plasticidade de uma *mito-política* que poderá trazer soluções pertinentes e plausíveis à dinâmica da prática política. Definitivamente, a *mito-política* é uma tentativa de elaborar uma prática alternativa à política fundada somente na racionalidade dos processos sociais e que é fonte de inumeráveis insatisfações reveladas pela *descrença* nos políticos e pelo desrespeito ao poder que aparecem no quadro político atual. Esta alternativa da prática política deveria ser o ideal de um *Estado Educador*, onde a função essencial seria a sua finalidade de conciliar múltiplas racionalidades: a tecno-científica, a vital, a imaginária, a lúdica e tantas outras que comporta o patrimônio do ser humano. Sabemos que a idéia deste Estado corresponderia ao ideal democrático (palavra já gasta, mas que ainda não foi substituída), que não é nunca realizado, mas que sustenta as sociedades contemporâneas.

O caminhar por esses descaminhos é a única via que nos permite a existência, nesse início de milênio. A caminho, pois...

Referências

- BURDEAU, G. 1949. *Traité de science politique*. Paris, Librairie Général.
BERTRAND, M. 1983. *Spinoza et l'imaginaire*, Paris, PUF.
BALANDIER, G. 1980. *Le pouvoir sur scènes*, Paris, Ballard.
GRAZIAN, B. 1980. *L'homme de cour*. Paris, Le champ livre.
PASCAL, B. 1984. *Pensées*. Paris, Senil.